

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER: QUANDO O ÓDIO SE VOLTA AO FEMININO**

**GENDER-BASED VIOLENCE AGAINST WOMEN: WHEN HATRED TURNS TOWARD  
THE FEMININE**

Ana Cláudia Coelho Brito

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1990) e Mestrado em Gestão Educacional pela Universidade Estadual Vale do Acaraú em parceria com Universidade Internacional de Lisboa (2002). É doutoranda da pós graduação em psicologia da Unifor e membro do Laboratório Laepcus. Atualmente é Professora do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza e psicóloga do Instituto Dr. José Frota.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9839-775X>

E-mail [accbrito@unifor.br](mailto:accbrito@unifor.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0142878056256086>

Suênia de Lima Duarte

Graduada em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2005). Bacharela e licenciada em Psicologia pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (2021). Especialista em Desenvolvimento Infantil pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2006). Mestre em Educação pela mesma instituição (2013). Doutoranda em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2022–2026). Docente efetiva do quadro da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, atuando no curso de Educação Física do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF). Membro pesquisadora dos grupos de pesquisa da referida universidade: Educação Física, Sociedade e Saúde e Pensamento Complexo. Integra também o Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEpCUS), vinculado à Universidade de Fortaleza (Unifor). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9806-7152>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1492270470821656>

E-mail: [limaduarte@uern.br](mailto:limaduarte@uern.br)

Cimara Bandeira de Sousa Caldas

Psicanalista. Mestre em Psicologia (PPGP/UNIFOR). Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Violência e Interseccionalidade (NUGEVI/URCA). Membro pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEpCUS) da UNIFOR.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5157568528327341>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5810-4614>

Email: [cimara.bandeira@urca.br](mailto:cimara.bandeira@urca.br)

Fabíola Sousa Siqueira

Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2023). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Membro pesquisadora do Laboratório de Estudos Sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade - LAEpCUS da Unifor. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1021-239X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2907035190741110>

E-mail: [psifabiola.siqueira@gmail.com](mailto:psifabiola.siqueira@gmail.com)

Dara Jeane Costa Rocha

Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Membro do Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEpCUS) da UNIFOR.

Psicanalista, psicóloga e pesquisadora.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3750-4080>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6256209216291793>

E-mail: [psi.dararochoa@gmail.com](mailto:psi.dararochoa@gmail.com)

Leônia Cavalcante Teixeira

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ com estágio doutoral na Université Paris 13. Pós-doutorado em Psicologia/CAPES na Universidade Aberta de Lisboa. Psicóloga e psicanalista. Membro do LAEpCUS – Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade; do GT Psicanálise, política e clínica da ANPEPP (coordenadora desde 2023); da Rede Internacional Coletivo Amarrações – Psicanálise & Políticas com Juventudes; e membro da Presidência da Rede Interamericana de Psicanálise e Política (REDIPPOL) e do MCVI -A universidade na prevenção e no enfrentamento da violência no Ceará.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4997-5349>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0037242106948921>

E-mail: [leonia.ct@gmail.com](mailto:leonia.ct@gmail.com)

## RESUMO

Buscou-se investigar, à luz da psicanálise, como a violência de gênero contra a mulher pode ser compreendida como expressão de impasses subjetivos ligados ao ódio ao feminino e à fragilidade dos semblantes fálicos no laço social contemporâneo. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter narrativo, recorrendo-se a vinhetas clínicas como recurso ilustrativo para sustentar a reflexão acerca da articulação entre sujeito, discurso e violência. Essas vinhetas foram construídas a partir de atendimentos psicanalíticos em situações de urgência subjetiva, realizados no projeto institucional da Universidade de Fortaleza (Unifor), voltado ao acolhimento de mulheres e de suas filhas e filhos em contexto de violência de gênero. Na discussão teórica, diferencia-se agressividade e violência na perspectiva psicanalítica. A agressividade, constitutiva do eu e do laço social, orienta a relação do sujeito com o desejo. A violência, por sua vez, irrompe quando há falha na simbolização, configurando-se como resposta ao trauma, à frustração e ao encontro com o real. Sob essa ótica, as vinhetas clínicas evidenciam que o feminino, enquanto resto não assimilável pela lógica fálica, convoca respostas violentas e reações de ódio. Concluímos, assim, que a psicanálise oferece uma contribuição singular, não se trata de eliminar o mal-estar pela repressão ou pela força, mas de sustentar a presença daquilo que nos escapa.

**Palavras-chave:** Violência de gênero contra a mulher. Psicanálise. Ódio ao feminino.

## ABSTRACT

This study sought to investigate, in the light of psychoanalysis, how gender-based violence against women can be understood as an expression of subjective impasses linked to hatred of

the feminine and to the fragility of phallic semblances in the contemporary social bond. To this end, a qualitative, narrative-based research design was employed, drawing on clinical vignettes as an illustrative resource to support the reflection on the articulation between subject, discourse, and violence. These vignettes were constructed from psychoanalytic sessions conducted in situations of subjective urgency within an institutional project at the University of Fortaleza (Unifor), dedicated to welcoming women and their children in contexts of gender-based violence. In the theoretical discussion, aggressiveness and violence are distinguished from a psychoanalytic perspective. Aggressiveness, constitutive of the ego and of the social bond, orients the subject's relationship with desire. Violence, in turn, erupts when symbolization fails, emerging as a response to trauma, frustration, and the encounter with the real. From this viewpoint, the clinical vignettes demonstrate that the feminine—understood as a remainder not assimilable within phallic logic—elicits violent responses and reactions of hatred. We conclude that psychoanalysis offers a singular contribution: it is not a matter of eliminating malaise through repression or force, but of sustaining the presence of that which escapes us.

**Keywords:** Gender-based violence against women. Psychoanalysis. Hatred of the feminine.

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços conquistados no campo dos direitos civis e políticos das mulheres, a violência de gênero no Brasil mantém índices alarmantes, com aumento dos casos de agressões e feminicídios (Malta *et al.*, 2021; Viana *et al.*, 2022). Este cenário configura-se como um problema de saúde pública, cujas manifestações — físicas, psicológicas, patrimoniais, morais e verbais — perpetuam ciclos de violência e produzem efeitos significativos na saúde mental e física das mulheres (Silva, 2021; Carvalho *et al.*, 2023).

Entendida como violência motivada por questões de gênero, essa prática revela-se como crime que se ancora em discriminações enraizadas na configuração patriarcal da sociedade, a qual estrutura uma assimetria de poder entre os sexos e sustenta opressões sistemáticas articuladas ao machismo estrutural (De Paula; Santanna, 2022). A noção de gênero, nesse sentido, remete a uma construção sócio-histórica que define papéis, identidades e expectativas subjetivas naturalizadas para homens e mulheres, indo além das distinções biológicas (Scott, 1995). Essas construções simbólicas cristalizam o masculino como ativo e dominante e o feminino como passivo e subordinado (Bourdieu, 1999).

No contexto brasileiro contemporâneo, a dimensão cultural da violência articula-se a atravessamentos políticos. O avanço da extrema-direita, sustentado por ideologias discriminatórias, reforça discursos de inferiorização e objetificação das mulheres, intensificando desigualdades históricas e fomentando práticas violentas contra aquelas que não correspondem às expectativas masculinas (De Paula; Santanna, 2022; Tavares; Alves, 2023). Tal quadro indica que a violência de gênero se manifesta de forma transversal, podendo afetar

mulheres de diferentes classes sociais. No entanto, quando analisada sob uma perspectiva interseccional, revela-se ainda mais complexa, ao entrelaçar-se com marcadores sociais de classe, raça e etnia (Malta *et al.*, 2021; Peres; Alves, 2022).

O feminicídio, por sua vez, ocupa lugar central nesse debate, uma vez que não se trata de homicídios comuns, mas de crimes movidos por um ódio específico: o ódio ao feminino. A lei que tipifica o feminicídio apenas deu registro jurídico a algo que a psicanálise já intuía: a destrutividade que se acende quando o desejo se converte em ódio contra o objeto antes investido de amor (Rosa; Rosa, 2016). Nesse sentido, a violência de gênero não deve ser compreendida como prática isolada, mas como lógica estruturante do laço social, que articula agressividade, violência, poder e exclusão do feminino.

A literatura contemporânea tem evidenciado que o ódio ao feminino não se limita ao corpo biológico da mulher, mas expressa uma lógica cultural patriarcal que estrutura as relações de gênero. Bourdieu (1999) mostra como a dominação masculina perpetua-se por meio de dispositivos simbólicos que naturalizam desigualdades, enquanto Segato (2025) aponta o corpo da mulher como território de inscrição de hierarquias. Na mesma direção, González-Barrientos (2011) destaca que a violência deve ser compreendida não apenas em sua dimensão factual, mas como efeito de discursos e práticas sustentados em regimes de desigualdade, nos quais o feminino é reiteradamente colocado como alvo de exclusão e silenciamento.

Sob a ótica psicanalítica, Lacan (1998) situa o feminino como aquilo que escapa à lógica fálica, constituindo um resto inassimilável que provoca, no laço social, reações de rejeição, violência e ódio. Assim, investigar a violência de gênero contra a mulher a partir do conceito de ódio ao feminino permite compreender como determinados impasses subjetivos se articulam com formas sociais de dominação e exclusão.

O conceito de feminino opera para além do anatômico e do sociocultural, situando uma posição subjetiva frente à sexualidade e oferecendo um terreno fértil para pensar a violência de gênero no âmbito científico, entendido como posição que ultrapassa identidades fixas e sustenta a leitura da violência como efeito de falhas de simbolização e de uma economia de gozo que excede a lógica fálica (Duarte *et al.*, 2023).

Nesse percurso, este manuscrito ancora-se também em produções anteriores desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, que têm sustentado o debate conceitual e clínico acerca da violência de gênero. Em *Herança psíquica e ultrapassagem do ciclo da violência de gênero contra a mulher* (Duarte *et al.*, 2025), discutiu-se como a repetição transgeracional inscreve marcas no laço entre mães e filhas, demandando deslocamentos subjetivos que permitam à

mulher ultrapassar identificações alienantes. Já em *Preciso lutar por mim, pela minha avó e pelos meus filhos!* (Tomaz *et al.*, 2023), destacou-se a importância da escuta psicanalítica para possibilitar a passagem da posição de vítima à de sujeito, permitindo que mulheres reinscrevam suas histórias a partir do desejo. Essas produções, em continuidade com o presente trabalho, oferecem sustentação conceitual para a investigação ora proposta.

Diante desse quadro, o presente estudo tem como objetivo geral investigar, à luz da psicanálise, como a violência de gênero contra a mulher pode ser compreendida como expressão de impasses subjetivos relacionados ao ódio ao feminino e à fragilidade dos semblantes fálicos no laço social contemporâneo. Especificamente, propõe-se: (i) discutir os conceitos de violência e agressividade na psicanálise e sua incidência na constituição do sujeito e do laço social; (ii) analisar a partir de vinhetas clínicas, o modo como o feminino, enquanto resto inassimilável pela lógica fálica, convoca posições de violência e ódio.

O percurso metodológico inscreve-se no campo da pesquisa qualitativa-narrativa, fundamentada em referenciais psicanalíticos. Trata-se de uma investigação teórica, na qual se recorre a vinhetas clínicas como recurso ilustrativo para sustentar a reflexão sobre o ódio ao feminino. Essas vinhetas foram construídas a partir de atendimentos em situações de urgência subjetiva realizados no projeto institucional da Universidade de Fortaleza (Unifor), voltado ao acolhimento de mulheres e de suas filhas e filhos em contexto de violência de gênero. Assim, não se trata de uma análise clínica do material, mas de sua apropriação enquanto recurso narrativo que possibilita articular teoria e experiência, iluminando como o ódio ao feminino se manifesta no encontro entre sujeito, discurso e violência.

## **2. VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE PARA A PSICANÁLISE**

Propomos aqui explorar a construção conceitual da agressividade e da violência no campo da psicanálise, com ênfase na violência de gênero contra a mulher. Trata-se de um percurso que parte de Sigmund Freud, passa por Jacques Lacan e alcança interlocuções contemporâneas, sustentando uma articulação entre pulsão, linguagem, cultura e corpo, a fim de compreender como a violência se inscreve como resposta àquilo que escapa à simbolização.

Podemos pensar a agressividade como uma expressão pulsional, a partir das ideias de Freud (1920/2010), sendo ela uma força constitutiva do sujeito no laço social. Em Além do princípio do prazer, Freud (1920/2010) introduz a noção de pulsão de morte, como uma força voltada à repetição, à desintegração e à ruptura com o princípio do prazer. A agressividade aparece, assim, como manifestação dessa pulsão destrutiva, que separa o sujeito do outro e

permite a emergência do eu pela via especular. A via especular, portanto, é passagem pela imagem do outro, que funda o eu, mas o faz de forma alienada e conflitiva, já que o sujeito só se reconhece através de um reflexo que não lhe pertence integralmente. A agressividade emerge dessa fratura narcísica entre o que se é e o que se vê, entre o eu fragmentado e o eu idealizado, espelhado no outro. É nesse movimento de constituição do eu como distinto, mas atravessado por tensão e rivalidade, que podemos pensar, de forma prática, em situações como quando um bebê, diante do rosto de alguém, muitas vezes da mãe, reage com um gesto agressivo, como um tapa, sinalizando uma reação frente a essa imagem que ao mesmo tempo o fascina e o desestabiliza, por não corresponder plenamente ao ideal que o organiza.

Em *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930/2011), a agressividade é abordada em seu aspecto civilizatório: ela precisa ser recalcada para garantir a convivência social, mas retorna sob a forma de sintomas e mal-estar. Para Freud, a agressividade é inerente à natureza humana, mas também constitui um elemento que a cultura precisa conter para se manter. No entanto, essa contenção não é isenta de efeitos; ao reprimir a agressividade, a cultura gera sofrimento psíquico, angústia, ou seja, o próprio mal-estar que pretende evitar. Há aí um paradoxo: a cultura protege o sujeito da violência externa, mas o faz ao custo de uma violência interna, que se volta contra ele. Para que a vida em sociedade seja possível, é preciso que o sujeito recalque ou mesmo reprima suas pulsões agressivas, inscrevendo-as nos moldes do laço social, um laço que se sustenta, em grande medida, sobre o sacrifício pulsional. Aqui se evidencia que a agressividade, ao mesmo tempo que funda a constituição do sujeito, exige renúncias para sua inscrição no coletivo.

É importante destacar que Freud não cunha um conceito específico de violência. Como observam Coelho e Souza (2017), embora o termo apareça em sua obra, geralmente traduzido do alemão *Gewalt*, há maior recorrência aos termos “poder” (*Macht*), “coerção” (*Zwang*) e “agressividade” (*Agressivität*), como sublinha Assoun (1989). Tal nuance é fundamental para diferenciar a agressividade pulsional da violência como fenômeno social e simbólico.

A agressividade em Lacan é retomada no contexto de sua teoria do estádio do espelho, conforme apresentado no texto *Agressividade em psicanálise* (Lacan, 1948/1998). Nesse momento, o autor insere a agressividade na formação do eu, marcado por uma tensão entre a imagem idealizada do corpo e a experiência fragmentária do sujeito. Trata-se de um fenômeno estrutural e relacional, que se expressa no embate com o semelhante, ou seja, com o outro que é também ameaça à unidade imaginária do eu. Desse modo, a agressividade não é apenas um



dado pulsional, mas uma condição constitutiva: funda o eu em sua relação especular e, ao mesmo tempo, inaugura uma lógica de rivalidade que será reeditada nas formas de laço social.

Essa agressividade especular se articula com o campo do desejo e da lei, como aprofundado no Seminário 7: A ética da psicanálise (Lacan, 1959–1960/2008). Aqui, Lacan localiza o gozo como excesso que ultrapassa o prazer, e que confronta o sujeito com o real, o que não se simboliza, aparecendo assim a violência como um dos nomes do real (Dunker, 2015). Esse movimento violento é expressão de um impasse ético, o fracasso da simbolização diante do desejo. No Seminário 10: A angústia (Lacan, 1962–1963/2005), o autor introduz o conceito de objeto a, essencial para pensar o outro como ameaça. Esse objeto, enquanto causa de desejo, é também aquilo que perturba o sujeito, não por sua ausência, mas por sua presença excessiva. É nessa perspectiva que se pode pensar a violência como resposta a um encontro traumático com o real, que desestabiliza o sujeito e mobiliza afetos que excedem sua capacidade de elaboração.

Essas formulações psicanalíticas são essenciais para pensar os impasses sociais e subjetivos em torno da violência. Especialmente na contemporaneidade, em que formas refinadas de repressão e moralização podem mascarar, mas não dissolver, os efeitos pulsionais do recalque. Autores contemporâneos propõem aprofundamentos teóricos sobre a violência como fenômeno social e subjetivo. Costa (2021), por exemplo, concebe a violência como fato cultural vinculado à identidade. O sujeito violentado é aquele que se vê exposto a um desprazer desnecessário para seu desenvolvimento psíquico, sendo a violência, nesse contexto, uma ruptura simbólica que impede o sujeito de ocupar um lugar legítimo na cadeia geracional e na diferença sexual. O mesmo autor, destaca ainda que a violência se efetiva quando uma representação desencadeia um afeto cujo excesso ultrapassa a capacidade de absorção psíquica (Costa, 2021). Assim, a violência não se reduz ao ato, mas inclui o impacto afetivo daquilo que o sujeito não pode simbolizar.

Guerra (2022), por sua vez, articula a noção de violência ao encontro pulsional entre corpos. Para a autora, a violência se instala no lugar da palavra quebrada. Em diálogo com Lacan, Guerra (2022) propõe que a violência se dá como ato no lugar do dizer: quando o sujeito, diante do outro, não consegue simbolizar o mal-estar e se confronta com o real, o que resta é a violência como falha da linguagem.

Ferrari (2006) diferencia a agressividade da violência a partir da centralidade da linguagem na psicanálise. Enquanto a agressividade pode ser pensada como parte da constituição do sujeito, mediada pela alteridade, a violência aparece quando há ruptura dessa

mediação, quando a palavra falha e o sujeito responde com o ato. No campo social, tal distinção frequentemente se esvanece, dada a multiplicidade de formas que a violência assume. Mas, na escuta psicanalítica, é fundamental sustentar essa diferença, pois ela permite reconhecer o lugar da linguagem como operador clínico e ético na abordagem da violência de gênero.

Em síntese, a psicanálise mostra que a agressividade e a violência não são apenas fenômenos que irrompem em determinados contextos, mas operadores estruturais que atravessam a constituição do sujeito e do laço social. Se, por um lado, a agressividade funda o eu e marca sua relação especular com o outro, por outro, a violência emerge como resposta ao encontro com o real, inscrevendo-se tanto na vida psíquica quanto nas formas de sociabilidade. Assim, compreender esses conceitos implica reconhecer sua dupla incidência: na constituição subjetiva, enquanto elementos que organizam o eu e o desejo; e no laço social, enquanto forças que tanto sustentam quanto desestabilizam as condições de convivência e de transmissão cultural.

Nesse ponto, importa destacar que a violência também se transmite no laço intergeracional. Como discutido em Duarte *et al.* (2025), a herança psíquica deixa marcas que, quando não simbolizadas, tendem a se repetir no laço entre mães e filhas, perpetuando ciclos de violência. A ultrapassagem desse ciclo exige deslocamentos subjetivos que envolvem perdas simbólicas e invenções singulares, para que a mulher possa se desprender de identificações alienantes e abrir novas possibilidades de inscrição no desejo.

### **3. VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER: O FEMININO COMO ALVO E SIGNO DO INSUPORTÁVEL**

Na perspectiva psicanalítica, a violência de gênero contra a mulher não se reduz a um problema de ordem social ou jurídica, ainda que estas dimensões sejam incontornáveis. Trata-se, também, de um fenômeno que expõe impasses estruturais da constituição subjetiva e do laço social. A violência dirigida às mulheres não pode ser pensada apenas como reação a condutas individuais, mas como efeito de uma lógica simbólica que organiza posições sexuadas e regula o encontro com a alteridade, colocando em jogo a tensão entre lei, imagem e gozo. Essa lógica opera nos três registros descritos por Lacan (1962-1963/2005), o simbólico, o imaginário e o real, que se entrecruzam na experiência da violência. No simbólico, aparecem os limites da lei e da linguagem para dar conta da diferença sexual; no imaginário, fragilizam-se as identificações que sustentam o eu quando confrontadas com a alteridade feminina; e no real, manifesta-se o impossível de simbolizar que retorna sob a forma de angústia e pode precipitar



o ato agressivo. Assim, a violência não se reduz a reações individuais, mas denuncia a presença de uma estrutura que tenta regular, pela via da força, o que escapa à ordem fálica

O feminino, na teoria psicanalítica, não é equivalente à “mulher” como entidade biológica ou identitária, mas ao que, na estrutura, se apresenta como “resto não recoberto pela significação fálica” (Lacan, 1972-73/2008). Por escapar à totalização do sentido, o feminino comparece como lugar de indeterminação e excesso, dimensão que, na experiência de muitos sujeitos, pode ser vivida como ameaça à consistência imaginária do eu e aos semblantes que estabilizam o laço. Essa experiência é visível na fala da Assistida 1, quando afirma: *“Eu provocava ele não atendendo às demandas dele e, por isso, ele não se controlava e batia em mim.”* Ao se colocar por um instante fora do lugar de objeto que satisfaz o desejo do Outro, Assistida 1 (24 anos) faz emergir um resto não assimilável que o parceiro não suporta, respondendo com violência. O que aparece como “provocação” é, na verdade, a irrupção do feminino enquanto diferença que não se deixa capturar pelo falo, vivida como excesso insuportável e que, nesse contexto, convoca o ódio.

A propósito, a narrativa da Assistida 2 (39 anos) evidencia outra face dessa dinâmica: *“Ele me dava calmantes escondidos no suco, para eu dormir por horas. Também me obrigou a fazer um aborto quando eu engravidei.”* Nesse relato, a violência se apresenta pelo silenciamento da palavra e pelo controle do corpo, anulando o desejo da mulher e cerceando sua capacidade de decidir sobre a maternidade. O gesto violento aparece como tentativa de eliminar o excesso que o feminino introduz, apagando sua alteridade. No registro simbólico, a manipulação do corpo busca neutralizar a palavra e interditar a decisão da mulher; no imaginário, instaura-se uma cena em que a mulher é reduzida à imagem de objeto sem desejo; e, no real, permanece a marca impossível de recobrir, isto é, a experiência traumática do apagamento subjetivo. Em uma época marcada pela fragilidade dos semblantes fálicos, em que dispositivos simbólicos que sustentavam hierarquias sexuais estão em crise, o feminino emerge de modo menos recoberto por mediações. Tal emergência pode intensificar a angústia frente ao que escapa à lógica fálica, levando à passagem ao ato agressivo. O alvo, seja no corpo ou na palavra, é precisamente o índice do impossível de simbolizar que a mulher encarna.

Assim, a violência de gênero aparece como resposta defensiva ao insuportável da diferença sexual enquanto diferença não redutível à equivalência fálica. Ela denuncia o ponto em que o sujeito, confrontado com a alteridade radical do feminino, recorre à destruição como modo de evitar o desamparo e a perda de garantias imaginárias. É precisamente nesse ponto que a escuta psicanalítica pode operar uma torção. Como mostram Tomaz *et al.* (2023), o

trabalho clínico com mulheres em contexto de violência permite deslocar a posição de vítima para a de sujeito, abrindo a possibilidade de reinscrever a própria história a partir do desejo. A violência, então, não é tomada apenas como destino traumático, mas como ponto de virada possível, quando se sustenta a palavra e o lugar de enunciação da mulher.

Quando falamos de violência de gênero contra a mulher, é necessário distinguir entre a multiplicidade das formas que ela assume e a lógica que as atravessa. Do ponto de vista da violência enquanto fenômeno, essa pode ser física, sexual, psicológica, patrimonial ou simbólica, conforme já reconhecem marcos legais como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e os tratados legais da Organização dos Estados Americanos (1994).

No entanto, para a psicanálise, o que unifica tais manifestações é que elas se endereçam a um corpo situado simbolicamente como portador de uma diferença insuportável, ligada à posição feminina no discurso. Esse corpo, desde a vida intrauterina, é banhado por discursos marcados pela violência. A socialização das mulheres se constitui sob enunciados patriarcais que as impelem à subserviência ou, ainda, por registros imaginários com representações que não são gratificantes. Os relatos da *Assistida 3* (35 anos) denunciam tais violências discursivas quando afirma: *“Quando eu tinha 8 anos e minha avó descobriu que o meu tio me abusava, ela me culpou. Falava que toda mulher independente da idade era puta, até mesmo uma criança já nascia rapariga.”* Anos depois, estruturada pelos discursos de ódio ao feminino e marcada pelas violências sexuais que perduraram até o final da adolescência, a *Assistida 3* produziu um corpo que já não se sensibilizava com as violências domésticas que sofrera com o ex-marido, nem com os possíveis sinais de que seu ex-marido era pedófilo. *“Eu tinha visto conteúdo de pedofilia no celular dele, até fiquei preocupada de deixar minha filha sozinha com ele, mas resolvi deixar pra lá, não falei nada... o tempo passou e ele acabou abusando da minha filha assim que ela se tornou adolescente. Depois eu fiquei lembrando das falas da minha avó, mas eu sei que a minha filha não teve culpa de nada, eu quero acreditar nisso”*.

O corpo da mulher, mais do que um corpo físico, é suporte de significações sociais e fantasmáticas que o excedem. Ele condensa projeções de idealização e de ódio, erotização e repulsa, que se articulam ao campo pulsional. No registro fantasmático, o agressor não ataca “esta” mulher, mas aquilo que, nela, encarna o feminino como não-todo — dimensão que Lacan (1972-73/2008) formula como “não-toda submetida à função fálica.” O relato da *Assistida 4* (42 anos) exemplifica isso: *“Eu já estava decidida a me separar dele. Ele me xingava o dia todo, era extremamente ciumento, eu não podia fazer nada. Parecia que ele não aceitava a possibilidade de perder o casamento e o status que eu proporcionava a ele. Um dia, enquanto*

*bebíamos, ele colocou alguma substância na minha bebida, que me fez adormecer. Quando eu acordei, eu estava na nossa cama e percebi que ele estava me abusando, como eu estava dopada não tinha forças nem pra mandar parar, nisso ele me abusou por horas. No outro dia eu só pensei, como eu tinha falado que queria divórcio, ele planejou me engravidar a força para ficar presa a ele.”*

Importa, ainda, reconhecer que a contemporaneidade radicaliza esse fenômeno. A circulação de discursos igualitários, o acesso crescente das mulheres a espaços antes exclusivos aos homens e a visibilidade de pautas feministas tensionam antigos arranjos simbólicos. Tal tensão, ao invés de promover apenas transformações consensuais, também provoca reações violentas, que visam restaurar, à força, uma ordem imaginária perdida. É nesse ponto que se evidencia o entrelaçamento entre ódio ao feminino e falência dos semblantes fálicos, indicando que a violência de gênero não é resíduo arcaico, mas expressão atualizada de impasses estruturais.

Dessa forma o ódio dirigido ao feminino configura-se como uma estratégia defensiva, frequentemente instrumentalizada para fins políticos, que se ancora na alteridade representada pelas mulheres. Essa alteridade funda-se em seu modo de gozo enigmático e irreduzível, uma modalidade que escapa à totalidade fálica. Dessa forma, pode-se inferir que a atual proliferação do discurso de ódio, da violência física e da truculência direcionadas às mulheres constitui um esforço para reinstaurar a suposta potência fálica (Bonfim, 2020).

#### **4. VIOLÊNCIA E ÓDIO AO FEMININO**

Freud já nos havia apresentado a temática do ódio como fundamental à constituição do sujeito, primeiro em *Pulsões e seus destinos* (1915/1980) e mais tarde, de modo decisivo, em *O mal-estar na civilização* (1930/2011). Trata-se de um afeto que se mostra como mais originário que o próprio amor, pois nasce da experiência inaugural de desprazer e da ruptura do equilíbrio pulsional. Diferente do amor, que promove o enlace com o prazer, o ódio revela-se como resposta ao que desestabiliza, ao que invade e fere. É nesse sentido que Freud sugere que, na origem, não estaria o amor, mas o desprazer e com ele, o ódio. Duarte *et al.* (2023) acrescentam que a violência de gênero não se reduz ao ato em si, mas se estrutura na depreciação do feminino, o que permite compreender o ódio como dirigido menos à mulher enquanto corpo biológico e mais ao feminino enquanto posição subjetiva.

Lacan situa o ódio em uma topologia própria. Ele nomeia três paixões fundamentais: o amor, que se inscreve na junção entre simbólico e imaginário, o ódio, que se coloca no ponto

de encontro entre o imaginário e o real, e a ignorância, que surge da articulação entre real e simbólico (Lacan, 1953-1954/1986). Assim, o ódio não é apenas um contraponto ao amor, mas uma paixão que se funda na estrutura, atravessando a experiência subjetiva como aquilo que, ao mesmo tempo, denuncia e sustenta a posição do sujeito frente à alteridade.

Na experiência amorosa, observa-se que amor e ódio não se apresentam como instâncias separadas, mas como afetos que se entrelaçam, de modo que cada desencontro, cada investimento não correspondido ou desejo frustrado, pode reacender no sujeito uma hostilidade que se inscreve como mais primitiva e ardente que o próprio amor. Ainda que o amor ofereça uma forma de velar a falta estrutural, ele não a apaga, e é justamente nesse ponto que se abre espaço para o ódio em sua face mais radical, voltado contra o objeto que encarna essa ausência (Flanzer, 2006).

Lacan propõe, no Seminário 20 (1972-1973/2008), o neologismo “amódio”, para dar conta da indissociável relação entre amor e ódio, sugerindo que toda experiência amorosa contém simultaneamente esses dois afetos. Segundo ele, não há amor sem ódio, anunciando a presença de um real na experiência do sujeito e apontando para um ódio radical ao Outro que reativa a pulsão de morte. Diferencia-se, nesse contexto, o ódio ao Outro real, que marca a hostilidade basal do sujeito frente à alteridade constitutiva, do ódio imaginário derivado da rivalidade, discutido em formulações lacanianas anteriores.

Esse “amódio” pode ser observado na vinheta do atendimento da *Assistida 5* (29 anos), quando relata: *“Ele era uma pessoa boa, me levava para os cantos, era pau para toda obra, mas tinha aquele sufocamento, controle... Começou com uma desconfiança do valor da conta dele; aí começou a quebrar os pratos”*; *“Toda vez que ele quebrava as coisas, era para me amedrontar... Ele era tipo essas pessoas narcisistas. Eu via o ódio quando ele fazia as coisas num dia e, no outro, como se não tivesse feito nada, me amando”*.

Observa-se, a partir dessa vinheta, que a violência contra a mulher é sustentada pela representação de que ela ocupa o lugar de propriedade do homem, legitimada e reiterada pelos próprios atos violentos. Na ótica psicanalítica, tal lógica encontra respaldo na concepção de que o ódio é constitutivo do sujeito, surgindo de modo simultâneo à entrada na linguagem e coexistindo com o amor, sem jamais se extinguir por completo (Espínola; Fuks, 2019). Assim, ainda que se manifeste como reação à frustração gerada pelo Outro, que não satisfaz plenamente o desejo, o ódio pode adquirir formas derivadas, deslocando-se para o campo das relações objetais e reatualizando-se em contextos conjugais.

Nesse sentido, a violência dirigida ao feminino pode ser compreendida como uma modalidade de hostilidade deslocada, que se projeta sobre o Outro em sua singularidade. Tal projeção recai sobre o semelhante, o rival ou o objeto amado, demonstrando que o ódio não permanece restrito ao psiquismo, mas organiza modos de laço e interações sociais. Desse modo, revela-se como um afeto que atravessa a constituição subjetiva e se entrelaça, de forma indissociável, ao amor, à perda e à experiência de frustração.

A reflexão psicanalítica acerca do ódio ao feminino evidencia que a mulher é frequentemente posicionada como objeto de desejo e, simultaneamente, de hostilidade. Freud (2013/1912) observa que, na vida erótica masculina, a mulher tende a ser degradada, só pode ser desejada sob a condição de que se suprima qualquer possibilidade de reconhecimento ou de elevação amorosa. Nesse movimento, o feminino deixa de ser um mero objeto passivo e passa a encarnar a própria presença do desejo, expondo no homem a dimensão do corpo e da carne que escapa ao seu controle

Tal ameaça simbólica sustenta a hostilidade masculina, pois o feminino introduz no sujeito uma desordem pulsional que abala a unidade imaginária da virilidade. Segundo Lacan (1972-1973/2008), o feminino está associado a um gozo que não se submete integralmente ao falo, configurando-se como território marginal em relação aos discursos hegemônicos. Essa alteridade, inscrita no gozo do Outro, torna-se objeto persecutório por excelência, receptáculo privilegiado do ódio daquele que se posiciona no lado masculino (Caldas, 2025). Como enfatizam Duarte *et al.* (2023), não é a mulher enquanto corpo biológico que é atingida, mas o feminino, o que amplia o entendimento de que também homens, corpos trans e homossexuais podem ser alvos da violência, na medida em que encarnam esse lugar de alteridade.

Nessa perspectiva, o feminicídio pode ser compreendido como a forma mais radical desse ódio. Ao assassinar uma mulher, o agressor busca suprimir o gozo que a constitui enquanto Outro enigmático, impossível de ser plenamente simbolizado e que insiste em escapar à lógica fálica. O ato de eliminar a mulher revela, assim, a impossibilidade do sujeito masculino de suportar a alteridade do feminino e expõe a fragilidade da virilidade, sustentada por uma fúria defensiva diante de um gozo que não se deixa domesticar (Mello; Souza, 2021).

O ódio ao feminino se apresenta como efeito estrutural da posição que o sujeito ocupa frente ao ideal fálico. Ideal este que, ao se enlaçar à virilidade, ao poder e ao controle, revela-se frágil em sua estrutura, pois se ergue sobre o impossível, a pretensão de dominar o desejo, tanto o próprio quanto o do Outro. É justamente nesse ponto onde desejo, violência e gozo se entrecruzam, que se encena o drama contemporâneo das relações de gênero, exigindo que se

pense sobre os impasses do laço social e sobre a urgência de reinventar modos de lidar com esse ódio que se repete. Como ressalta Duarte *et al.* (2023), a psicanálise contribui para esse debate ao mostrar que a violência não se dissolve por dispositivos de controle social, mas exige sustentar o indizível, abrindo espaço para que o sujeito elabore o ódio sem precisar traduzi-lo em destrutividade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência de gênero revela-se, assim, não apenas como um fenômeno social, mas como sintoma de impasses estruturais. Nesse cenário, coube-nos refletir sobre como amor, ódio, agressividade e violência se entrelaçam no domínio dos afetos, configurando-se nas manifestações concretas da violência de gênero dirigida ao feminino.

A agressividade não se reduz a uma simples expressão de raiva ou conflito trata-se de uma manifestação pulsional constitutiva do sujeito, intrinsecamente ligada à pulsão e à imagem do Outro, já a violência emerge, da falha da palavra, quando o dizer se fragmenta e o ato assume o lugar da linguagem. Enquanto a agressividade funda o eu e orienta o desejo, a violência irrompe como resposta ao trauma, à frustração e à ruptura da simbolização. Nesse horizonte, tornou-se possível compreender que refletir sobre agressividade e violência implica reconhecer sua dupla inscrição: no sujeito, como força constitutiva atravessada por conflitos, e na sociedade, como fenômeno que simultaneamente sustenta e desestabiliza a vida coletiva, revelando a tensão constante entre limite e destruição.

Assim, ao abordarmos o ódio dirigido ao feminino, tomando por base as vinhetas clínicas apresentadas, compreendemos que sua expressão nas múltiplas formas de violência contra a mulher não se esgota no ato de agressão em si. O que se evidencia é a impossibilidade de suportar aquilo que resiste à domesticação pela lógica fálica. O feminino irrompe como enigma que convoca simultaneamente desejo e destruição. Ao violentar uma mulher, o agressor não ataca apenas sua singularidade, mas confronta a presença perturbadora da alteridade que ela encarna no tecido simbólico, desvelando a tensão entre desejo, gozo e impossibilidade de assimilação do real feminino.

Concluimos, assim, que a psicanálise oferece uma contribuição singular: não se trata de eliminar o mal-estar pela repressão ou pela força, mas de sustentar a presença daquilo que nos escapa. A clínica não se limita a aliviar sintomas nem pretende curar o mal-estar social, frequentemente marcado pela banalidade do mal; posiciona-se, antes, como espaço ético em que se pode escutar o indizível, nomear o inominável e abrir brechas para que o sujeito não



recorra ao ódio diante do que não compreende. Reforçamos, nesse sentido, a potência política, social e ética da escuta das mulheres vítimas de violência, reconhecendo-a como via de compreensão do ódio ao feminino e abrindo caminhos para novas pesquisas e práticas clínicas.

## 6. REFERÊNCIAS

ASSOUN, Paul-Laurent. Commentaire sur la Correspondence Freud-Einstein. **Hermès - La revue**, Paris, n. 5-6, p. 261-273, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.4267/2042/15136>. Acesso em: 23 set. 2025.

BONFIM, Flavia. Declínio viril e o ódio ao feminino: entre história, política e psicanálise. Periódicus: **Revista de Estudos Indisciplinados em Gêneros e Sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 13, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i13.35256>. Acesso em: 12 ago. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CALDAS, Cimara Bandeira de Sousa. **“Bem-me-quer, mal-me-quer”: O feminino infamiliar e a violência contra a mulher**. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2025.

CARVALHO, Natália de Lima *et al.* Desafios no atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero na universidade. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 12, art. e5228, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2023.e5228>. Acesso em: 4 ago. 2025.

COELHO, Luciana Norat; SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Violência e cultura no pensamento freudiano: as duas faces de Jano Bifronte. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 744-758, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812017000200018](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000200018). Acesso em: 4 ago. 2025.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

DE PAULA, Luciane; SANT'ANA, Carolina Gomes. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. **Fórum Linguístico**, v. 19, n. 3, p. 7555-7574, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/78876>. Acesso em: 4 ago. 2025.

DUARTE, Suênia de Lima; BRITO, Ana Claudia Coelho; TOMAZ, Jerzuí Mendes; SIQUEIRA, Fabíola Sousa; FRANCO, Mariana Pessoa Jucá; NOGUEIRA, Kliciane da Silva Oliveira; TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Herança psíquica e ultrapassagem do ciclo da violência de gênero contra a mulher. In: TEIXEIRA, Leônia Cavalcante; DANZIATO, Leonardo (org.). **Violência de gênero: saberes e práticas interdisciplinares**. Curitiba: CRV, 2025. p. 169-180.

DUARTE, Suênia de Lima; TEIXEIRA, Leônia Cavalcante; BRITO, Ana Cláudia Coelho; BRANDÃO, Lara Praxedes. Contribuições para pensar a complexidade do feminino na violência de gênero: perspectiva psicanalítica. **Revista Redfoco**, Mossoró, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2023. DOI: <https://doi.org/10.59776/2358-243X.2023.5643>.

DUNKER, C. [Canal Psicanálise]. (2015, 15 de março). **O conceito de violência na psicanálise** [Vídeo]. YouTube. Acesso em: 24 abr. 2021.

ESPÍNOLA, R. O. D. A.; FUKS, B. B. Psicanálise e Direito: um estudo sobre violência doméstica. **Psicanálise & Barroco em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 59-79, 2019. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/article/view/9211/7903>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FERRARI, Ilka Franco. Agressividade e violência. **Psicologia clínica**, v. 18, p. 49-62, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652006000200005>. Acesso em: 4 ago. 2025.

FREUD, S. Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa – contribuições à psicologia do amor II (1912). In: FREUD, S. **Obras completas**. v. 9. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 347–363.

FREUD, S. Pulsão e seus destinos (1915). In: FREUD, S. **Obras completas**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: FREUD, S. **Obras completas**. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: FREUD, S. **Obras completas**. v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GONZÁLEZ-BARRIENTOS, Marcela. Trabajando contra la violencia de sexo/género. **Boletín Científico Sapiens Research**, Bogotá, v. 1, n. 2, p. 18-23, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6576144>. Acesso em: 24 abr. 2025.

GUERRA, A. Aula magna. [Vídeo]. TV Unifor, 2022. Youtube. Acesso em: 24 abr. 2021.

LACAN, J. **O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953–1954)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LACAN, J. **O seminário, livro 20: Mais, ainda (1972–1973)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, J. A agressividade em psicanálise (1948). In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 104–120.

LACAN, J. **O seminário, livro 10: A angústia (1962–1963)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, J. **O seminário, livro 7: A ética da psicanálise (1959–1960)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Institui a Lei Maria da Penha. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

MALTA, Renata Barreto *et al.* Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 843-866, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030001>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MELLO, D. M.; SOUZA, J. D. da S. A devastação no masculino e a violência contra o feminino nas mulheres. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, Buenos Aires, v. 24, n. 4, p. 749-775, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n4p749.13>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FLANZER, Sandra Niskier. Sobre o ódio. **Interações**, v. 12, n. 22, p. 215-229, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35402210.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará**. 1994. Disponível em:

<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/basicos/belemdopara.pdf>](<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/basicos/belemdopara.pdf>). Acesso em:

PERES, Roberta Guimarães; ALVES, Ana Carolina. O enfrentamento da violência de gênero a partir da Educação Básica. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 35, n. 56, p. 73-86, 2022.

Disponível em: <https://doi.org/10.22562/2022.56.06>. Acesso em:

ROSA, A. L. A.; ROSA, M. D. Gestos de ódio à pele escrita: O berro do chão, a cicatriz aberta. In: ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016. p. 147–162.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995.

SEGATO, Rita. **As estruturas elementares da violência: ensaios sobre gênero entre antropologia, a psicanálise e os direitos humanos**. Trad. Danú Gontijo, Livia Vitenti e Mariana Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2025.

SILVA, Monise Priscila. Feminicídio e Lei Maria da Penha: uma análise dos instrumentos de enfrentamento à violência de gênero no Brasil. **Percursos Acadêmicos**, v. 11, n. 22, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2236-0603.2021v11n22p1-15> Acesso em: 2 ago. 2025.

TAVARES, Marcia Santana; ALVES, Amanda. A violência de gênero no (des)governo Bolsonaro: licença para matar!. **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 94, p. 41-61, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-04>. Acesso em: 2 ago. 2025.

TOMAZ, Jerzuí Mendes; BRITO, Ana Cláudia Coelho; DUARTE, Suênia de Lima; TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Preciso lutar por mim, pela minha avó e pelos meus filhos! – efeitos da escuta psicanalítica de uma mulher em contexto de violência. In: DANZIATO, Leonardo; TEIXEIRA, Leônia; GASPARD, Jean-Luc (org.). **Violência de gênero e sistemas de dominação: patriarcado, colonialismo e capitalismo**. Volume I. Curitiba: CRV, 2023. p. 169-182.

VIANA, Anna Raquel de Lemos; PRESSER, Nadi Helena; ARRUDA, Anderson Matheus Alves; LIMA, Paulo Ricardo Silva. Transparência ativa em tempos de Covid-19: a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no combate à violência de gênero. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e83200>. Acesso em: 4 ago. 2025.